

A análise de conteúdo na inflexão do contexto social no Investimento Social Privado (ISP), Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e *Environmental Social and Governance* (ESG)

Content analysis in the inflection of the social context in Private Social Investment (PSI), Corporate Social Responsibility (CSR) and Environmental Social and Governance (ESG)

Análisis de contenido en la inflexión del Contexto Social en Inversión Social Privada (ISP), Responsabilidad Social Empresarial (RSE) y Gobernanza Social y Ambiental (GSA)

Recebido: 27/11/2023 | Revisado: 09/12/2023 | Aceitado: 11/12/2023 | Publicado: 14/12/2023

Cristiano Melo Reinaldo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5503-7351>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: cristianoreinaldo9@gmail.com

Francisco Roberto Pinto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2559-1524>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: roberto.pinto@uece.br

Resumo

Na abordagem do dinamismo de um determinado problema social, há várias técnicas de análise. A finalidade deste artigo é abordar a técnica Análise de Conteúdo aplicada nos constructos apresentados. Como objetivo geral, buscou verificar se o ISP, a RSC e o ESG se relacionam e se suas inflexões são proativas ou defensivas no contexto da inovação social. Especificamente buscou compreender essa inflexão com base na Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin. O relatório Brundtland indicou que a pobreza dos países do Terceiro Mundo e o consumismo elevado dos países do Primeiro Mundo representavam as causas fundamentais que impediam um desenvolvimento igualitário no mundo e, conseqüentemente, produziam graves crises ambientais e sociais. Este pensamento, provocou mudanças de comportamento na sociedade das empresas, onde começaram a pautar as prioridades no contexto de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Investimento Social Privado (ISP) e, por fim, o tão falado Environmental Social and Governance (ESG). Conclui-se que a dimensão social entendida neste estudo, assume a preocupação com as demandas não satisfeitas da sociedade, provocando, assim, a sociedade civil a se concentrar em melhorias de determinadas localidades a partir do seu envolvimento nos processos de desenvolvimento econômico e social, por meio da cooperação entre os atores envolvidos e na formalização de redes ou parcerias sociais. Espera-se contribuir no esclarecimento das peculiaridades dos assuntos levantados e analisado por essa técnica, demonstrando assim suas peculiaridades e responsabilidades no que concerne ao tão chamado de inovação social.

Palavras-chave: Investimento social privado; Responsabilidade social corporativa; Ambiental social governança.

Abstract

When approaching the dynamism of a given social problem, there are several analysis techniques. The purpose of this article is to address the Content Analysis technique applied to the constructs presented. As a general objective, it sought to verify whether ISP, CSR and ESG are related and whether their inflections are proactive or defensive in the context of social innovation. Specifically, we sought to understand this inflection based on Content Analysis developed by Bardin. The Brundtland report indicated that poverty in Third World countries and high consumerism in First World countries represented the fundamental causes that prevented equal development in the world and, consequently, produced serious environmental and social crises. This thought caused changes in behavior in corporate society, where priorities began to be set in the context of Corporate Social Responsibility (CSR), Private Social Investment (ISP) and, finally, the much talked about Environmental Social and Governance (ESG). It is concluded that the social dimension understood in this study assumes the concern with the unsatisfied demands of society, thus causing civil society to focus on improvements in certain locations based on their involvement in the processes of economic development and social, through cooperation between the actors involved and the formalization of social networks or partnerships. It is expected to contribute to clarifying the peculiarities of the issues raised and analyzed by this technique, thus demonstrating its peculiarities and responsibilities with regard to the so-called social innovation.

Keywords: Private social investment; Corporate social responsibility; Environmental social governance.

Resumen

A la hora de abordar el dinamismo de un determinado problema social, existen varias técnicas de análisis. El propósito de este artículo es abordar la técnica del Análisis de Contenido aplicada a los constructos presentados. Como objetivo general, se buscó verificar si ISP, RSE y ESG están relacionados y si sus inflexiones son proactivas o defensivas en el contexto de la innovación social. Específicamente, buscamos comprender esta inflexión a partir del Análisis de Contenido desarrollado por Bardin. El informe Brundtland indicó que la pobreza en los países del Tercer Mundo y el alto consumismo en los países del Primer Mundo representaban las causas fundamentales que impedían el desarrollo igualitario en el mundo y, en consecuencia, producían graves crisis ambientales y sociales. Este pensamiento provocó cambios de comportamiento en la sociedad corporativa, donde se comenzaron a fijar prioridades en el contexto de la Responsabilidad Social Empresarial (RSE), la Inversión Social Privada (ISP) y, finalmente, la tan comentada Gobernanza Social y Ambiental (ESG). Se concluye que la dimensión social entendida en este estudio asume la preocupación por las demandas insatisfechas de la sociedad, provocando así que la sociedad civil se enfoque en mejoras en determinadas localidades a partir de su involucramiento en los procesos de desarrollo económico y social, a través de la cooperación entre los actores involucrados y la formalización de redes sociales o alianzas. Se espera contribuir a esclarecer las peculiaridades de las cuestiones planteadas y analizadas por esta técnica, demostrando así sus peculiaridades y responsabilidades con respecto a la llamada innovación social.

Palabras clave: Inversión social privada; Responsabilidad social corporativa; Gobernanza social ambiental.

1. Introdução

O que move o pesquisador a se interessar pela pesquisa qualitativa? Eis uma questão que inquieta o espírito de quem se debruça para tal proposta. Alguns processos gerais que caracterizam a sociedade podem indicar a conexão entre mudanças que justificam a busca pela pesquisa qualitativa. Indivíduos e grupos sociais interagem entre si e produzem conhecimento a partir dessa interação. Campo fértil das ciências humanas e sociais, a pesquisa qualitativa centraliza-se na linguagem e, por assim dizer, tudo que é dito, é dito para alguém em algum lugar, de algum lugar ou para algum lugar.

O desafio para o(a) pesquisador(a) repousa na obtenção de interpretações plausíveis no universo de narrativas. Imersa nesse contexto, a pesquisa qualitativa busca a aceitação do pluralismo das formas de relatos, em um tempo de transição de paradigmas na ciência, o dominante e o emergente, como disse Santos (2008), cujo conhecimento se torna parte integrante da produção sociocultural em sociedades que intervêm de forma crescente sobre si mesmas. Ademais, no campo acadêmico, o estudo qualitativo de um fenômeno social tem acompanhado as pesquisas em diversas áreas, e com ele, o debate sobre o caminho a percorrer, os passos a seguir, quais técnicas e que instrumentos utilizar na produção do conhecimento. O fato é que no processo de construção e reconstrução de uma dada realidade, a pergunta de partida objetivada permite a definição do método e como os conteúdos serão tratados e analisados.

A Análise de Conteúdo tem um significado especial no campo das investigações sociais e constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (Moraes, 1999). Desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais, já que analisa com profundidade a questão da subjetividade da pesquisa qualitativa, ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto. O que não a descredencia no aspecto da validade e do rigor científicos, já que tem *status* de metodologia, com princípios e regras bastante sistematizados.

Minayo (2007) enfatiza que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade. Como exemplo, as pautas mundiais sobre o Investimento Social Privado (ISP), Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e ESG [*Environmental* (Ambiental), *Social* (Social), *Governance* (Governança)]. Nesse caso, em uma proposta direcionada as ciências sociais aplicadas na “administração”, em particular a organizações.

A finalidade deste estudo é abordar a técnica Análise de Conteúdo, perpassando pela seguinte questão orientadora: Como o Investimento Social Privado (ISP), a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e, o *Environmental Social and Governance* (ESG) se relacionam e se suas inflexões são proativas ou defensivas no contexto da inovação social? Para respondê-la, levanta-se como objetivo geral verificar se o ISP, a RSC e o ESG se relacionam e se suas inflexões são proativas ou defensivas

no contexto da inovação social. Especificamente procura-se compreender essa inflexão com base na Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (2018), demonstrar a pesquisa qualitativa, a partir de uma realidade de pesquisa empreendida sobre a relação do ISP, RSC e ESG, além de tangenciar a discussão com base na Teoria da Divulgação de Verrecchia (2001), Teoria da legitimação de Lindblom (1994) e Teoria dos *Stakeholders* de Freeman (1984).

A discussão sobre ESG onde seus limites e abrangência começam a se definir com mais clareza nos últimos anos. Há dúvidas sobre até onde o conceito influencia e se relaciona com outros já vistos, como a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o Investimento Social Privado (ISP), principalmente no que diz respeito a qualidades das informações relacionadas ao contexto - Social “S”.

É possível observar uma quantidade significativa de pesquisas em relação à temática apresentada relacionada às questões da responsabilidade socioeconômica ou ambientais, seja no âmbito brasileiro (Santos, 2008; Silva et al. 2018), ou no âmbito internacional (Akhtaruddin et al., 2019; Abdo et al., 2018; Abdullah et al., 2019). Essas pesquisas, com diferentes temáticas sobre divulgação: do nível de evidenciação das empresas listadas nas bolsas de valores ou dos níveis de indicadores de sustentabilidade e os que são relacionados com a responsabilidade ambiental, vem cada vez mais ganhando espaços nos debates organizacionais. Entretanto quais conteúdos estão sendo extraídos e efetivamente implantados considerando a essência dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

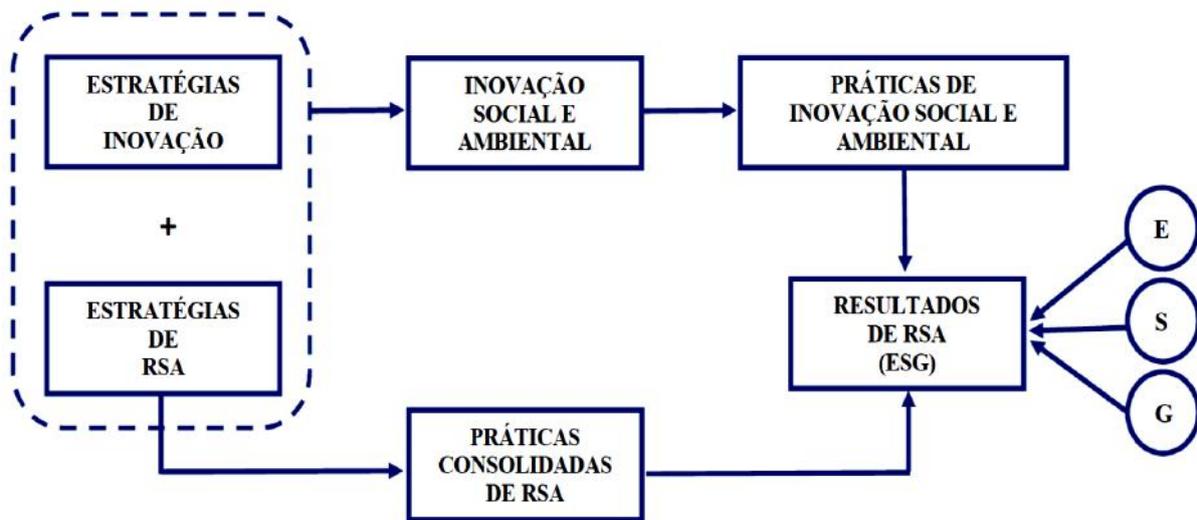
2. Metodologia

Este estudo classifica-se como descritivo e qualitativo, baseando-se nos estudos de Patton (2015) que busca examinar e refletir sobre percepções que tragam um entendimento da temática abordada de forma descritiva dos aspectos definidos em documentos, materiais bibliográficos e legislação pertinente, onde será apresentado as características e as relações sobre a ISP, RSC e ESG.

Considerando que a análise de conteúdo, enquanto técnica metodológica, pode ser realizada de muitas formas, já que as estratégias elaboradas para analisar os conteúdos dependem não só do objeto de estudo, mas também das escolhas feitas pelo pesquisador(a) e por sua equipe. Nesse sentido, o(a) pesquisador(a) tem a capacidade de decisão sobre qual abordagem adotar ao traçar sua estratégia, sendo ela dependente da pesquisa (seus objetivos, perguntas, pressupostos ou hipóteses). Existem diferentes caminhos a seguir para construir um desenho de análise de dados que possa ser replicado (em diferentes momentos e por distintas pessoas). Assim, haverá tantas técnicas de análise de conteúdo quantas pesquisas e pesquisadores, sendo isso relativo também ao contexto: diferentes momentos da análise, às modas e modismos praticados e aos próprios conteúdos (no plural, já que se vem diversificando e multiplicando os formatos em que as fontes se disponibilizam).

Tendo em vista esses aspectos preliminares, o *framework* analítico e o caminho metodológico deste estudo se estruturam em dois momentos, sumarizados na Figura 1 e explicados brevemente, a seguir.

Figura 1 - Framework do caminho metodológico.



Fonte: Autores (2023).

Destaca-se que esses momentos não ocorreram de maneira linear, como ocorre nesta pesquisa, envolveu um processo longo de “interobjetivação” conforme descrito nos estudos de Céfaï e Pasquier (2013) e Zask (2004), onde afirmam que a experiência é, então, considerada em dois níveis: no nível da realidade observada, na qual os atores e seu ambiente são percebidos sob o ângulo da interação, e no nível do próprio procedimento empírico, que configura (pela investigação) uma interobjetivação de conhecimentos entre investigador(es) e investigado(s). Contudo, pelo objeto de estudo proposto nesta pesquisa, priorizou-se o caminho das estratégias de RSA, onde a divulgação da materialidade dos construtos, estão relacionados intrinsecamente com os eixos Ambiental (E) e da Governança (G); enquanto o caminho das estratégias de inovação no *disclosure* (pela qualidade das informações divulgadas) está relacionada com os eixos da Governança (G) e do Social (S).

A análise de conteúdo aplicada neste contexto, sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é o manifesto do pesquisador e o seu significado não é único, podendo ser colocado em função de diferentes perspectivas. Porque de certo modo, a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra, porque toda leitura se constitui numa interpretação e por isso, existe questão de múltiplos significados de uma mensagem e das múltiplas possibilidades de análise que possibilita está muito intimamente relacionada ao contexto em que a comunicação se verifica ou em que condições ela foi verificada.

3. Resultados e Discussão

3.1 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo tem sua origem no final do século passado. Suas características e diferentes abordagens, entretanto, foram desenvolvidas, especialmente, ao longo dos últimos cinquenta anos. Mesmo tendo sido uma fase de grande produtividade aquela em que esteve orientada pelo paradigma positivista, valorizando sobretudo a objetividade e a quantificação, esta metodologia de análise de dados está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades na medida em que se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações. Neste sentido, ainda que eventualmente não com a denominação de análise de conteúdo, se insinua em trabalhos de natureza dialética, fenomenológica e etnográfica, além de outras (Moraes, 1999).

A Análise de Conteúdo tem uma longa trajetória em sua construção. Em Paris no ano de 1977, a obra da professora Laurence Bardin, *L'analyse de contenu*, é considerada a de maior destaque quando o assunto é Análise de Conteúdo, sendo um

verdadeiro manual sobre a operacionalização do método, seus princípios e conceitos fundamentais. Por esse motivo, será essa a obra a ser tomada por base na descrição do método, visto que o objetivo deste texto é descrever e analisar um conjunto de informações sobre a natureza e as características da Análise de Conteúdo como método de pesquisa qualitativa aplicável às Ciências Sociais, inclusive à Educação. Mas foi com Berelson e Lazarsfeldt (*apud* Triviños, 1987) que o método ganhou maturidade em relação ao seu emprego e à sua fundamentação teórica, quando esses autores publicaram em 1948, uma obra sobre a Análise de Conteúdo estabelecendo, entre outras coisas, as regras e os princípios de análise.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2018).

3.2 Sustentabilidade

A Sustentabilidade é o conceito mais amplo quando se trata de olhar atentamente para as relações socioeconômicas e ambientais entre os diferentes setores (poder público, sociedade civil e iniciativa privada). O tema é debatido desde a década de 1960, quando começou a aparecer a “suspeita” de que a exploração do meio ambiente pela atividade industrial não estava compatível com a finitude dos recursos naturais. Por isso, as questões sociais e a intervenção humana também não demoraram a entrar nessa pauta, afinal, já era um debate antigo. Ademais, a sustentabilidade compreende as relações na sociedade e suas demandas, indivíduos, empresas, governos e sociedade civil passam a mudar sua mentalidade, visando equilíbrio entre economia, sociedade e meio ambiente.

É de salientar uma pressão, cada vez maior, por parte da sociedade e dos utilizadores dos relatórios de sustentabilidade que influencia os requisitos para a comunicação do desenvolvimento sustentável, à semelhança do que se tem vindo a verificar na divulgação de índole financeira. Em resposta a estas pressões, denota-se uma responsabilidade social empresarial em contínua evolução que, ao nível da gestão empresarial, reflete uma mudança de comportamento com base na qualidade das relações e na criação de valor para todos (Veríssimo, 2010).

Corroborando este pensamento, Kolk (2004) refere que desde a publicação dos primeiros relatórios ambientais, emitidos em separado, em 1989, o número de empresas que começou a publicar informações sobre o meio ambiente, as políticas sociais e de sustentabilidade aumentou substancialmente. Na senda desta opinião, Eugénio (2011) refere que ainda que em alguns países, seja legalmente exigido às empresas que elaborem um relatório do desempenho social e ambiental, tem se vindo a verificar uma importância acrescida da sustentabilidade comprovada através do número crescente de empresas que, voluntariamente, publicam relatórios de sustentabilidade, nos quais divulgam o desempenho ambiental, social e económico.

O crescimento substancial da emissão de relatórios de sustentabilidade tem sido impulsionado, em grande, por alegações de que esta prática pode originar benefícios significativos para os negócios. Guidry e Patten (2010) estudaram as reações do mercado à emissão de relatórios de sustentabilidade com base numa amostra de 37 empresas dos Estados Unidos da América, em que a emissão do primeiro relatório de sustentabilidade reporta ao período entre 2001 e 2008. Em geral, os resultados não evidenciam nenhuma reação significativa do mercado. No entanto, mostram que a qualidade do relatório de sustentabilidade, em termos de abrangência dos indicadores sociais e ambientais, influencia significativamente a reação do mercado. As empresas que emitiram relatórios de sustentabilidade de alta qualidade apresentam reações de mercado, significativamente, mais positivas do que as empresas que elaboram relatórios de qualidade inferior.

A Sustentabilidade aparece assim, como resposta aos imperativos legais impostos no âmbito dessas mesmas preocupações, levando a que as empresas desenvolvam uma estratégia e meios, de forma a retirar destas práticas um acréscimo de valor e oportunidades de inovação, aplicadas quer ao nível dos processos, quer ao nível do desenvolvimento de produto e serviços. O modelo de gestão anteriormente utilizado encarava o controlo de riscos ambientais como um custo adicional, uma

vez que retirava capacidade financeira e diminuía as expectativas dos seus stakeholders, (Demajoravic, 2001) ideia que começa a ficar desmistificada. O efeito da globalização económica levou a uma crescente aposta na informação, pois esta assume uma grande importância no processo de decisão, tendo em conta que as empresas cada vez mais, realizam as suas atividades num ambiente extremamente competitivo e complexo a uma escala global.

As crescentes preocupações das empresas sobre os temas sociais, ambientais e económicos que envolvem os *stakeholders*, levam a que as empresas independentemente do sector de atividade, adotem práticas com vista à promoção de um desempenho socialmente responsável. Um dos meios de divulgar este desempenho é através da publicação dos Relatórios de Sustentabilidade. A elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, segundo o *Global Reporting Initiative* GRI (2006), constitui uma prática de medição, divulgação e de responsabilidade das organizações face às diferentes partes interessadas, relativamente ao seu desempenho em termos ambientais, sociais e económicos. O Relatório de Sustentabilidade tem como objetivo transmitir de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e o desempenho da organização. Assim, este tipo de documento, deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho das organizações. Os Relatórios de Sustentabilidade são o resultado de um processo que visa identificar, mensurar e prestar contas sobre as ações das organizações com vista à sustentabilidade. As organizações têm em mãos um instrumento que possibilita dialogar e implantar um processo de melhoria contínua do desempenho rumo ao desenvolvimento sustentável.

3.3 Responsabilidade Social Corporativa

Autores seminais de responsabilidade corporativa como Frederick (1960), McGuire (1963) e Carroll (1999) já postulavam que as empresas deveriam assumir certas responsabilidades perante a sociedade, as quais se estendem para além de suas obrigações legais e económicas. Para que um negócio seja considerado socialmente responsável, deve pautar suas ações por uma gestão ética e contemplar questões como a qualidade de vida dos seus empregados, o relacionamento com os *stakeholders* e a redução de impactos negativos na comunidade e no ambiente eventualmente causados por suas operações e promover o bem-estar social.

Há, ainda, outra publicação relevante a reforçar a base da discussão atual de ESG: o relatório *Brundtland*, intitulado “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), publicado em 1987, coordenado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem *Brundtland*; à época, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento propagou o conceito de desenvolvimento sustentável, que já vinha sendo discutido desde a década de 1970.

O conceito de desenvolvimento sustentável agrega o desenvolvimento económico, a conservação da natureza e a redução da desigualdade mundial como objetivos éticos comuns. O relatório *Brundtland* indicou que a pobreza dos países do Terceiro Mundo e o consumismo elevado dos países do Primeiro Mundo representavam as causas fundamentais que impediam um desenvolvimento igualitário no mundo e, conseqüentemente, produziam graves crises ambientais. Este pensamento, provocou mudanças de comportamento na sociedade das empresas, onde começaram a pautar as prioridades no contexto de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Investimento Social Privado (ISP) e, por fim, o tão falado ESG. Isso porque, a RSC e o ISP são conceitos que dizem respeito principalmente às relações sociais, em especial entre a iniciativa privada e sociedade civil. Porque se, por um lado, a sustentabilidade surge a partir de uma constatação acerca das relações entre a atividade humana e o ecossistema global, a RSC e o ISP surgem como reflexo de um sistema económico globalizado, onde a iniciativa privada passa a assumir, de forma organizada e estratégica, pautas socioambientais que antes eram em sua maioria delegadas unicamente ao poder do Estado.

Na Responsabilidade Social Corporativa a empresa é corresponsável pelo contexto socioambiental em que está inserida e sugere a atuação de forma intencional em duas dimensões:

- **Dimensão externa**, mitigação dos impactos negativos gerados pela sua atividade principal, onde a empresa minimiza ou anula os efeitos colaterais externos que a sua atividade gera. Por exemplo, compensar a emissão de gases de efeito estufa de uma fábrica por meio do plantio de árvores. É importante notar que cada empresa possui atividades e efeitos colaterais específicos; portanto, as ações de responsabilidade social corporativa podem variar de acordo com o tipo de empresa e atividade econômica; e
- **Dimensão interna**, prevê a busca da empresa por uma relação sustentável com seus colaboradores, fornecedores e clientes. Por exemplo, questões de diversidade e inclusão, saúde mental, remuneração, política de contratação de fornecedores, características do produto, entre outros.

Se por um lado a RSC diz respeito à qualidade da relação da empresa com diversos públicos, pautada por princípios de ética e transparência, o ISP, diz respeito, especificamente, à relação da empresa com o público 'comunidade'. Entende-se o ISP como a alocação voluntária e estratégica de recursos privados, sejam eles financeiros, em espécie, humanos, técnicos ou gerenciais para o benefício público. Para promover a transformação social, esse investimento precisa ser feito com planejamento estratégico ancorado em dados, com indicadores pré-definidos, execução cuidadosa, monitoramento dos resultados e avaliação do seu impacto.

Com uma economia altamente globalizada e o fluxo de informações cada vez mais dinâmico, verifica-se que o mercado financeiro exerce cada vez mais influência sobre as decisões corporativas. Isso porque investidores institucionais representados em sua maioria por grandes gestores de fundos financeiro ou de pensão, com grande parte do capital alocado em empresas de capital aberto, apresentam uma preocupação com os riscos e geração de valor destes ativos no longo prazo, sobretudo os riscos não financeiros quando se fala sobre o contexto de ESG.

Ao mesmo tempo, a maior rapidez de acesso às informações faz com que consumidores e sociedade tomem conhecimento cada vez mais rápido sobre o comportamento das marcas (empresas) que consomem, pelo acesso acesos às informações que estão sendo divulgadas de forma voluntária. Esse é o ponto de virada, o consumidor passa a se atentar às ações socioambientais das empresas antes de consumir. E é neste contexto que o posicionamento e as ações socioambientais e de governança das empresas passam a entrar na conta de risco e oportunidade dos investidores, por se tratar da perspectiva do mercado financeiro sobre questões de sustentabilidade empresarial, o objetivo principal segue sendo a geração de valor. No entanto, os acionistas e financiadores consideram os aspectos não financeiros (como as métricas ESG) como um fator importante na tomada de decisão de investimentos, com os seguintes requisitos:

- **Transparência na mensuração de desempenho dos eixos ESG**, todos os dados precisam ser divulgados de acordo com padrões internacionais de transparência empresarial (como o GRI, SASB, TCFD, CDSB). Pelo fato destes padrões de relatórios ainda não estarem totalmente consolidados no mercado, atualmente cada empresa escolhe o sistema que mais faz sentido para sua atividade. No Brasil, o sistema mais adotado atualmente é o GRI; e
- **Materialidade**, é necessário que a avaliação seja bastante fiel ao que ocorre na realidade. É comum que empresas de grande porte contratem agentes externos (as auditorias) justamente para comprovar que determinadas mensurações são reais, ou materiais. E aqui, vale a mesma ideia explicada em RSC, no sentido de cada empresa possuir uma atividade específica e, por sua vez, externalidades (efeitos colaterais) específicas. Como é sabido, cada empresa possui questões de materialidade próprias, para medir de fato o que importa considerando sua atividade principal. Como exemplo, uma empresa de mineração priorizar os aspectos ambientais em detrimento de questões de inclusão digital, algo que se aplicaria melhor para empresas de tecnologia e mídia social.

Como mencionado, novas demandas da sociedade vêm estimulando a divulgação voluntária de informações não financeiras pelas empresas, caracterizando em vários formatos o RSC e o ESG, que inclui *disclosure* sobre meio ambiente, ética, governança, direitos humanos, trabalho, gênero, combate à corrupção e outros (Glavas, 2012; Gray *et al.*, 1995). A literatura

sobre determinantes do *disclosure* ambiental apresenta duas abordagens teóricas antagônicas no contexto mais amplo do RSC *reporting*: a teoria da legitimação e a teoria da imagem (Gray *et al.*, 1995).

Segundo Gray *et al.* (1995, p. 54), a teoria da legitimação definida por Lindblom fundamenta a postura da empresa que busca tornar seu sistema de valores congruente com o sistema de valores da comunidade e, assim, obter legitimidade, particularmente quando há ruptura dessa congruência por problemas socioambientais. Os autores identificam quatro estratégias que as empresas podem adotar para recuperar legitimidade: 1) reconhecer que a ruptura se originou de falhas próprias e informar sobre as mudanças reais na organização; 2) tentar mudar percepções negativas do público (consideradas pela empresa como percepções errôneas), mas sem modificar seu próprio comportamento; 3) manipular a percepção do público, desviando a atenção, inclusive mediante símbolos emocionais, por exemplo, em vez de corrigir

A qualidade das informações que são divulgadas pelas empresas (*disclosure*), os critérios utilizados para avaliação dos riscos e a gestão para resultados, traz consigo desafios de vários níveis para as organizações. Talvez os mais paradoxais sejam os que acarretam a necessidade de contemplar, em seus objetivos, questões econômicas, de financiamento, de controle, Responsabilidade Social Corporativa (RSC) fundamentando a estrutura da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), conforme os estudos de Drucker (2017); Ponte *et al.* (2019); Garcia *et al.* (2021). Isso porque, a RSC deu lugar à Responsabilidade Socioambiental (RSA), para a maximização do conceito de ESG. Tais fatores, são essenciais para as estratégias de inovação, de produtividade e crescimento de mercado, bem como para a gestão dos riscos inerentes as atividades desenvolvidas, para o valor das companhias e principalmente para reponsabilidades organizacionais, coerentes com as novas tendências de desenvolvimento econômico e financeiro.

Uma das lentes teóricas mais utilizadas para investigar o fenômeno da RSC é a teoria dos *stakeholders*, segundo a qual as empresas devem estender seu leque de público de interesses, se contrapondo à visão baseada exclusivamente no *shareholders* (Freeman, 1984). Essa associação entre RSA e teoria dos *stakeholders* se dá, sobretudo, por assumir que as organizações possuem responsabilidades que extrapolam os interesses puramente econômicos. A garantia de um sistema econômico saudável está vinculada à transparência e à qualidade das informações veiculadas pelos diversos produtores de informação econômico-financeira-contábil e à conduta ética por parte dos profissionais que atuam em organizações públicas ou privadas, e que, por deterem informações e o poder de manipulá-las, podem causar prejuízos à sociedade de forma geral, como ausência de informação e/ou desinformação quando caracterizada pela informação manipulada e engano proposital das demonstrações contábeis ou financeiras que podem favorecer e/ou aumentar a incidência de riscos, além de configurar um “crime” e uma “fraude corporativa”.

Sobre à transparência e à qualidade das informações veiculadas, se baseia na Teoria da Divulgação é estudada por Verrecchia (2001), que por meio de modelos matemáticos tenta explicar e prever os fenômenos referentes ao *disclosure*. De acordo com o autor, essa teoria não possui uma referência central, permitindo que a divulgação possa ser compreendida como uma mistura diversificada e altamente estilizada na qual cada modelo pretende examinar uma pequena parte. Em contrapartida, Dye (2001) afirma que a teoria da divulgação voluntária é um caso similar e especial à teoria dos jogos, uma vez que possui a premissa de que qualquer entidade irá divulgar apenas informações favoráveis, deixando de lado informações desfavoráveis sobre a empresa.

A teoria da divulgação pode ser dividida em três estágios. O primeiro, conhecido como “divulgação baseada em associação”, é uma pesquisa que estuda os efeitos da divulgação exógena sobre a mudança agregada ou cumulativa nas ações dos investidores, no qual alguns alegam que a qualidade da informação aumenta a divulgação voluntária. O segundo tange à “divulgação discricionária”, que examina como os gestores exercem o autocontrole em relação à divulgação de informações de seu conhecimento. O terceiro é relativo à “divulgação baseada em eficiência”, uma pesquisa que discute quais acordos são

utilizados na divulgação de informações sem o conhecimento prévio das mesmas, ou seja, quais são as escolhas incondicionais de divulgação (Verrecchia, 2001) e quais inovações serão propostas.

3.4 Inovação Social

Os processos inovativos na dinâmica econômica têm significativa influência dos escritos de Schumpeter (1961). Para autores como Katz (1986), Lemos (2000) e Cassiolato e Latres (2005), as contribuições de Schumpeter sobre inovação tecnológica e desenvolvimento econômico estruturaram as bases dos estudos contemporâneos sobre inovação. Em sua obra clássica, Schumpeter (1985) afirma que as inovações podem ocorrer através de uma série de novas combinações, como introdução no mercado de um novo bem, um novo processo de produção, abertura de um novo mercado, a descoberta de uma nova fonte de matéria-prima e o desenvolvimento de novas formas organizacionais. Autores, como Freeman (1994), Malerba (2002), Nelson (2004) Gumusluoglu e Ilsev, 2009; Jia *et al.*, 2018; Shafique *et al.* (2019), corroboram com essa abordagem conceitual, analisando o papel da inovação na competição, no aprofundamento de características setoriais e nacionais, o papel da pesquisa e dos arranjos institucionais, o desenvolvimento de sinergias coletivas, sistemas de inovação, inovação em mercados emergentes, dentre outros.

Os estudos de Bernardes, Borini e Figueiredo (2020) indaga qual o fato novo e interessante para uma agenda de pesquisa sobre inovação em mercados emergentes e que requer novas abordagens teóricas? A principal resposta a esta pergunta é que talvez a nova riqueza das nações emergentes acometidas por fatores de adversidade tais como restrição de recursos, fragilidade tecnológica, exclusão social e vazios institucionais – são as estratégias locais que combinam soluções inovadoras sincronizadas aos critérios de valor compartilhado, frugalidade, *good-enough*, *cost-saving*, inclusão e inovação social, inovação local e/ou regional, promover a sustentabilidade e que sejam replicáveis em novos mercados globais (inovação reversa) (Govindarajan e Trimble, 2012; Borini, Costa, Bezerra *et al.*, 2014; Von Zedtwitz, 2015; Borini, Costa e Oliveira Jr., 2016; Bernardes, Borini, Rosseto *et al.*, 2019; Gupta, 2019; Shankar e Narang, 2019).

Sobre o sistema de inovação regional ou local, sabe-se que as cidades têm sido concebidas para promoção de mudanças nos padrões de desenvolvimento e na construção de soluções que possam fazer face à complexidade dos problemas públicos existentes. As cidades podem ser consideradas uma realidade híbrida que congrega um “conjunto de sistemas socioecológico-tecnológicos em grande escala, no qual governam os diversos estoques existentes de recursos, fluxos e serviços ecossistêmicos. Esses espaços que se tornam cruciais para se explorar empiricamente como as instituições, os discursos, os atores e suas práticas evitam ou abraçam (em escala local), seus problemas públicos e seus desafios em termos de sustentabilidade.

O termo Inovação Social (IS) remonta à década de 1990, motivado pela crescente problematização social, a redução dos investimentos públicos no campo social, o crescimento das organizações do terceiro setor e da participação das empresas no investimento e nas ações sociais. No entanto, essa analogia com economias de baixo custo tem levado os programas de apoio às inovações sociais a serem confundidos com assistencialistas, e mesmo os editais formulados, dirigidos a inovações sociais, geralmente restringem seus apoios às organizações sociais, quando se sabe que uma grande empresa, dotada de laboratório com equipamento de ponta, quando desenvolve um novo medicamento, por exemplo, realiza uma IS.

4. Considerações Finais

O contexto dentro do qual se analisa a relação dos constructos propostos nesta pesquisa deve ser explicitado em qualquer esfera da análise de conteúdo. Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador, que estabelece certos limites. Não é possível incluir, nessa reconstrução, todas as condições que coexistem, precedem ou sucedem a mensagem, no tempo e no espaço. Não existem limites lógicos para delimitar o contexto da análise. Isto vai depender do pesquisador, da disciplina e dos objetivos propostos para a investigação, além da natureza dos significados que

estão sendo extraídos da materialidade das análises, como o significado e aplicação do “Social - S” das categorias apresentadas ISP, RSC e ESG.

Howaldt e Schwarz (2018) ressaltam a importância de estudos empíricos mais aprofundados sobre a questão social, que promovam inovação social, buscando compreender suas diversas manifestações, atores e contextos culturais, livrando esses termos de sua orientação econômica tradicional focada no conceito de empreendedorismo social. Tomando por base esse argumento, as lacunas de posições que reduzem às redes de suporte de apoio a “alguns heróis”, sejam eles movimentos sociais, empreendedores sociais, organizações comunitárias, entre outros. Comparando vinte redes transnacionais de inovação social, os autores defendem uma perspectiva relacional de análise (conteúdos) que considere os campos de ação nos quais as inovações sociais estão por assim dizer, imersas em um ecossistema (caráter fluido e provisional).

Estudos mostraram que as organizações precisam inovar para obter vantagem competitiva e sucesso sustentável. A necessidade de criatividade e sustentabilidade das organizações tornou-se um assunto importante para qualquer organização, seja pública ou privada, que deseja alcançar a obtenção de excelentes desempenhos, por isso elas se esforçam e gastam muito dinheiro com a finalidade de alcançar inovações bem-sucedidas. Nesse sentido, a inovação adquire importância no contexto competitivo das organizações, considerando o desenvolvimento de novos produtos, processos, práticas e tecnologias que pode colocar a empresa em uma posição de destaque perante os concorrentes e contribuir para a geração de vantagem competitiva sustentável, ajudando a lidar com as mudanças do mercado e superar qualquer tipo de obstáculo. Além disso, a inovação organizacional é afetada por variáveis individuais, sociais e ambientais (Howaldt e Schwarz, 2018)

Os sistemas de inovação e as relações entre seus agentes específicos influenciam os processos de aprendizagem tecnológica e o desenvolvimento de suas capacidades, bem como a região ou localidade onde os sistemas estão inseridos, em decorrência das interações com outras redes seja de empresas, universidades, clientes, fornecedores e outros agentes que influenciam o processo de inovação, promovendo a inovação social ou ecossistemas inovação social.

A complexidade apontada pelas dimensões-chave do enfoque social provoca a necessidade da construção de um novo desenvolvimento seja local, regional ou nacional onde os agentes possam promover a inclusão social, a construção coletiva de soluções sociotécnicas e a valorização dos conhecimentos tradicionais que implicam adaptações ao contexto, gerando resultados como melhorias em escalas gradativas e aumentativas, até mudanças mais significativas, envolvendo um número maior de atores e gerando novas formas de organização das atividades executadas pelas empresas seja na RSC, ISP ou ESG possam de fato, propiciar a promoção do valor social.

Por fim, a dimensão social entendida neste estudo, assume a preocupação com as demandas não satisfeitas da sociedade, provocando, assim, a sociedade civil a se concentrar em melhorias de determinadas localidades a partir do seu envolvimento nos processos de desenvolvimento econômico e social, por meio da cooperação entre os atores envolvidos e na formalização de redes ou parcerias sociais. O aspecto “sustentável - social” inserido nessas questões devem ser examinadas simultaneamente para que se possa verificar o nível de progresso do bem-estar, a saber: padrões materiais de vida (renda, consumo e riqueza); padrões de saúde; educação; atividades pessoais, incluindo o trabalho; participação política e governança; conexões e relações sociais; meio ambiente (condições atuais e futuras) e insegurança de natureza econômica e física.

Como pesquisas futuras, sugere-se utilizar mecanismos mais abrangentes, como organizações sociais; realizar novas investigações de demais parâmetros de análise por regiões ou por países, que possam evidenciar também as informações socioambientais, não somente essas que foram tratadas neste estudo, mas dos demais dados que permitam identificar de maneira concreta o comprometimento de organismos e/ou empresa com a responsabilidade social e a sustentabilidade.

Referências

- Abdo, H., Mangena, M., Needham, G., & Hunt, D. (2018). Disclosure of provisions for decommissioning costs in annual reports of oil and gas companies: A content analysis and stakeholder views. *Accounting Forum*, 42(4), 341-358.
- Abdullah, M., Hamzah, N., Helmi, M., Tseng, M.-L., & Brander, M. (2019). The Southeast Asian haze: The quality of environmental disclosures and firm performance. *Journal of Cleaner Production*.
- Akhtaruddin, M., Hossain, M. A., Hossain, M., & Yao, L. (2019). Corporate governance and voluntary disclosure in corporate annual reports of Malaysian listed firms. *Journal of Applied Management Accounting Research*, 7(1), 1.
- Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo*. Edições 70, LDA, (5a ed.), Autores Associados.
- Bernardes, R., Borini, F. & Figueiredo, P. N. (2020). Inovação em Organizações de Economias Emergentes. *Cadernos EBAPE. BR*. 17, 886-94.
- Borini, F. M., Costa, S., Bezerra, M. A. & Oliveira Jr., M. M. (2014). Reverse innovation as an inducer of centres of excellence in foreign subsidiaries of emerging markets. *International Journal of Business and Emerging Markets*. 6 (2), 163-82.
- Borini, F. M., Costa, S. & Oliveira Jr., M. D. M. (2016). Reverse innovation antecedents. *International Journal of Emerging Markets*, 11(2), 175-189.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.
- Cassiolato, J. E. & Lastres, H. M. M. (2000). Sistemas de inovação: políticas e perspectivas. *Revista Parcerias Estratégicas*, (8), 237-255.
- Céfaï, D & Pasquier, D. (2013). *Les sens du public. Paris. PUF. GRI – Global Reporting Initiative. Manual de Implementação*. 2013. <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-wo.pdf>.
- Demajoravic, J. (2001). Sociedade de Risco e Responsabilidade Socioambiental: perspectivas para a educação corporativa. *Edição Serviço Nacional do Comércio (Senac)*.
- Drucker, P. F. (2017). The Theory of the Business. *Harvard Business Review Classics*.
- Dye, R. A. (2001). Uma avaliação de “ensaios sobre divulgação” e a literatura sobre divulgação em contabilidade. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 181-235.
- Eugênio, T. (2011). *Contabilidade Ambiental. Verlag Dashofer*.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman.
- Frederick, W. C. (1960). The growing concern over business responsibility. *California Management Review*, 2(4), 54-61
- Garcia, E. A. R., Carvalho, G. M., Boaventura, J. M. G., & Souza, J. M., filho. (2021). Determinants of corporate social performance disclosure: A literature review. *Social Responsibility Journal*, 17(4), 445-468.
- Glavas, A., & Piderit, S. K. (2012). How does doing good matter? Effects of corporate citizenship on employees. *Journal of Corporate Citizenship*, 36: 51-70.
- Govindarajan, V., & Trimble, C. (2012). *Reverse innovation: create far from home, win everywhere*. Boston: *Harvard Business School Publishing*.
- Gray, R.H., Kouhy, R. & Lavers, S. (1995), “Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies: a methodological note”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), 78-101.
- Global Reporting Initiative (2006). *Diretrizes para relatório de sustentabilidade versão 3.0*. GRI.
- Guidry, R. E & Patten, D. (2010). Market reactions to the first-time issuance of corporate sustainability reports: Evidence that quality matters. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 1: 33-50.
- Gumusluoglu, L. E., & Ilsev, A. (2009). Liderança transformacional, criatividade e inovação organizacional. *Journal of Business Research*, 62(4), 461-473.
- Gupta, S. (2019). Understanding the feasibility and value of grassroots innovation. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 1-25.
- Howaldt, J., & Schwarz, M. (2018). Social Innovation: Concepts, research fields and international trends. *Trend Study of the International Monitoring Project (IMO)*.
- Jia, X., Chen, J., Mei, L. & Wu, Q. (2018). Como a liderança importa na inovação organizacional: uma perspectiva de abertura. *Revista Decisão da Administração*, 56(1), 6-25.
- Katz, J. (1986). Importación de tecnología, aprendizaje y industrialización dependiente. México: *Fondo de Cultura Económica*.
- Kolk, A. (2004). A decade of sustainability reporting: developments and significance International. *Journal of Environment and Sustainable Development*, 3(1): 51-63.
- Lemos, C. (2000). Inovação na era do conhecimento. *Revista Parcerias Estratégicas*, (8), 157-179.
- Lindblom, C. K. (1994). The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. *Critical Perspectives on Accounting*. In: *Critical Perspectives on Accounting Conference*. New York.
- Malerba, F. (2002). Sectorial systems of innovation and production. *Research Policy*, 31, 247-264.

- McGuire, J. B., Sundgren, A., & Schneeweis, T. (1988) Corporate social responsibility and firm financial performance. *Academy of Management Journal*, 31: 854-872.
- Minayo, M. C. S. (2007). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Ed. Vozes, 9-29.
- Moraes, R. (1999). *Análise de conteúdo*. Revista Educação, 22(3), 7-32.
- Nelson, R. R. (2004). The changing institutional requirements for technological and economy catch up. In: *DRUID Summer Conference 2004 on Industrial dynamics, innovation, and development*. Anais. Elsinore: DRUID, 1-15.
- Patton, M. Q. (2015). *Pesquisa qualitativa e métodos de avaliação: Integrando teoria e prática*. (4a ed.), Publicações SAGE, Inc.
- Ponte, V. M. R., Albuquerque Filho, A. R., Sousa, A. L. C., Silveira Lopes, H. S., & Guimarães, D. B., (2019). Influência da Internacionalização e da Governança Corporativa na Responsabilidade Social Corporativa. *Iberoamerican Journal of Strategic Management*, 18(3), 397-419.
- Santos, B. S. (2008). *Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência*. Cortez.
- Schumpeter, J. A. (1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Fundo de Cultura.
- Schumpeter, J. A. A (1985). *Teoria do desenvolvimento econômico*. Nova Cultural.
- Shafique, I., Ahmad, B. & Kalyar Masood, N. (2019). Como a liderança ética influencia a criatividade e a inovação organizacional: examinando os mecanismos subjacentes. *European Journal of Innovation Management*, 23(1), 114-133.
- Shankar, V., Narang, U. (2019). Emerging market innovations: Unique and differential drivers, practitioner implications, and research agenda. *Journal of the Academy of Marketing Science*, p. 1-23.
- Silva, A. F. P., Araújo, R. A. M., & Santos, L. M. S. (2018). Relação da rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(52), 101-118.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.
- Veríssimo, C. (2010). Auditoria e Relatórios de Sustentabilidade. *Comunicação apresentada no XIV Congresso de AECA*.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180.
- Von Zedtwitz, M. A. (2015). Typology of reverse innovation. *Journal of Product Innovation Management*, 32(1), 12-28.
- Zask, J. (2004). L'enquête sociale comme inter-objectivation. In : Karsenti, B. , QUÉRÉ, *La Croyance et l'Enquête : Aux sources du pragmatisme*. Paris. Ed. de l'EHESS.